



|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
|  | <b>Código:</b><br>PO-JD-09  | <b>Data de Elaboração:</b><br>13/06/2022     | <b>Elaborado por:</b><br>Jurídico                  |
|   | <b>Nº da Revisão:</b><br>02                                       | <b>Data da Última Revisão:</b><br>28/11/2024 | <b>Verificado por:</b><br>Planejamento e Qualidade |
|   | <b>Área:</b> Jurídico e Compliance                                |  | <b>Aprovado por:</b><br>Diretoria Executiva        |
|   | <b>Título:</b><br><br><b>POLÍTICA DE GESTÃO DO CANAL DE ÉTICA</b> |  |  |

## Sumário

|      |  |    |
|------|--|----|
| 1.   | OBJETIVO .....   | 3  |
| 2.   | ESCOPO .....   | 3  |
| 3.   | RESPONSABILIDADES .....                                      | 3  |
| 4.   | APLICAÇÃO .....  | 4  |
| 5.   | REFERÊNCIAS.....   | 5  |
| 6.   | SIGLAS E DEFINIÇÕES.....                                     | 5  |
| 7.   | POLÍTICA .....   | 6  |
| 7.1. | Funcionamento do canal .....                                 | 7  |
| 7.2. | Triagem e análise preliminar .....                           | 7  |
| 7.3. | Anonimato e confidencialidade .....                          | 9  |
| 7.4. | Proibição de retaliação.....                                 | 10 |
| 7.5. | Auditoria .....  | 11 |
| 7.6. | Dúvidas e reporte de suspeitas ou potenciais violações ..... | 11 |
| 7.7. | Treinamentos .....   | 11 |
| 7.8. | Disposições finais .....                                     | 12 |
| 8.   | ANEXOS .....   | 12 |

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
|  | <b>Código:</b><br>PO-JD-09  | <b>Data de Elaboração:</b><br>13/06/2022     | <b>Elaborado por:</b><br>Jurídico                  |
|   | <b>Nº da Revisão:</b><br>02                                       | <b>Data da Última Revisão:</b><br>28/11/2024 | <b>Verificado por:</b><br>Planejamento e Qualidade |
|   | <b>Área:</b> Jurídico e Compliance                                |  | <b>Aprovado por:</b><br>Diretoria Executiva        |
|   | <b>Título:</b><br><br><b>POLÍTICA DE GESTÃO DO CANAL DE ÉTICA</b> |  |  |

## 1. OBJETIVO

Esta Política de Gestão do Canal de Denúncias (“Política”) tem como objetivo a identificação, direcionamento e tratamento de suspeitas ou alegações de violações às normas do Código de Ética do IBP, às políticas e aos procedimentos internos, potencialmente praticados por colaboradores, associados e/ou terceiros, incluindo aquelas reportadas diretamente ao Canal de Ética (“Canal”).

Violações a esta Política serão devidamente apuradas pela Gerência Jurídica e estarão sujeitas à aplicação de penalidades.

## 2. ESCOPO


O Canal de Ética tem por objetivo facilitar o reporte por qualquer Colaborador ou Terceiro de qualquer ato ou fato que configure uma violação (ou possível violação) ao Código de Ética do IBP, às políticas e procedimentos do Instituto e/ou à legislação aplicável. Toda e qualquer informação será tratada com profissionalismo e seriedade.

É garantida a confidencialidade das informações fornecidas por meio de qualquer dos canais de denúncia do Instituto e, ainda que haja identificação do Denunciante, tal identidade não poderá ser exposta.

É garantido o anonimato de qualquer Denunciante que use qualquer dos canais de denúncia do Instituto. No entanto, caso o Denunciante opte por informar a sua identidade, ela deverá ser protegida por todos os envolvidos na investigação.

## 3. RESPONSABILIDADES

- **Associados:** (I) Seguir as diretrizes aqui descritas.
- **Colaboradores:** (I) Seguir as diretrizes aqui descritas.
- **Comitê de Ética:** (I) Fiscalizar o cumprimento desta Política; (II) Aplicar sanções, quando cabíveis.

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
|  | <b>Código:</b><br>PO-JD-09  | <b>Data de Elaboração:</b><br>13/06/2022     | <b>Elaborado por:</b><br>Jurídico                  |
|   | <b>Nº da Revisão:</b><br>02                                       | <b>Data da Última Revisão:</b><br>28/11/2024 | <b>Verificado por:</b><br>Planejamento e Qualidade |
|   | <b>Área:</b> Jurídico e Compliance                                |  | <b>Aprovado por:</b><br>Diretoria Executiva        |
|   | <b>Título:</b><br><br><b>POLÍTICA DE GESTÃO DO CANAL DE ÉTICA</b> |  |  |


- **Conselho de Administração do IBP:** (I) Apurar, em caso de fluxo especial de apuração, as denúncias envolvendo membros da Diretoria Executiva do IBP;
- **Diretoria Executiva do IBP:** (I) Apurar, em caso de fluxo especial de apuração, casos de conflito de interesse;
- **Gerência de Recursos Humanos:** (I) Prestar apoio à Gerência Jurídica na divulgação desta Política; (II) Decidir conjuntamente com a Gerência Jurídica sobre medidas disciplinares.
- **Gerência Jurídica:** (I) Prestar apoio à empresa externa, decidir conjuntamente com o RH sobre medidas disciplinares; (II) Manter essa política atualizada; (III) Divulgar esta Política, com o apoio da Gerência de Recursos Humanos.
- **Terceiros:** (I) Todos os Terceiros não pertencentes ao Instituto que atuem (direta ou indiretamente, de qualquer forma), em nome ou em benefício do Instituto devem seguir as diretrizes aqui descritas.

#### 4. APLICAÇÃO

Esta Política é aplicável a todas as instituições parceiras e associadas, bem como a todos os Colaboradores do IBP, independentemente do nível hierárquico, funções e cargos exercidos, da Associada que representam, se for o caso, bem como da localidade em que se encontram.

Adicionalmente, as diretrizes desta Política também são aplicáveis a Terceiros que se relacionam com o IBP. Para fins desta Política, são considerados Terceiros todas as pessoas, físicas ou jurídicas, não pertencentes ao IBP, mas que atuam, direta ou indiretamente, em favor deste, incluindo, mas não se limitando, os prestadores de serviço, consultores, representantes, procuradores, fornecedores, despachantes, entre outros.

Caso um Colaborador ou Terceiro se depare com alguma situação que o coloque em dúvida relacionada ao conteúdo desta Política, deverá consultar o seu Gestor ou a Gerência Jurídica.


|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
|  | <b>Código:</b><br>PO-JD-09  | <b>Data de Elaboração:</b><br>13/06/2022     | <b>Elaborado por:</b><br>Jurídico                  |
|   | <b>Nº da Revisão:</b><br>02                                       | <b>Data da Última Revisão:</b><br>28/11/2024 | <b>Verificado por:</b><br>Planejamento e Qualidade |
|   | <b>Área:</b> Jurídico e Compliance                                |  | <b>Aprovado por:</b><br>Diretoria Executiva        |
|   | <b>Título:</b><br><br><b>POLÍTICA DE GESTÃO DO CANAL DE ÉTICA</b> |  |  |

## 5. REFERÊNCIAS

- FM-JD-16 - Plano de Investigação
- FM-JD-18 - Relatório de Entrevista do Canal de Ética
- PC-JD-02 - Gestão do Canal de Ética
- PR-JD-04 - Código de Ética do IBP
- PR-JD-05 - Regimento Interno do Comitê de Ética

## 6. SIGLAS E DEFINIÇÕES

- **Associados:** Empresas que participam do Instituto para representação dos seus interesses;
- **Colaboradores:** Abarca todos que desempenham rotineiramente as atividades do Instituto. Sejam representantes das Associadas (membros dos Comitês e Alta Administração) ou Colaboradores Internos (Superintendência, Gerência etc.);
- **IBP:** Instituto Brasileira de Petróleo e Gás;
- **Terceiros:** Toda e qualquer pessoa física ou jurídica não pertencente ao Instituto que atue (direta ou indiretamente, de qualquer forma), em nome ou em benefício do Instituto, incluindo, mas não se limitando a prestadores de serviço, consultores, representantes, procuradores, fornecedores, despachantes, parceiros de negócio, agentes, advogados, entre outros;
- **Vantagem Indevida:** Todo e qualquer item que pode ser utilizado como suborno, com ou sem valor comercial determinado, como por exemplo presentes, viagens, ingressos de eventos, promessas de emprego, vagas em instituições de ensino, informações comerciais, quotas ou ações em sociedades etc. Também constitui vantagem indevida qualquer Cortesia concedida fora das regras estipuladas pela Política de Brindes e Presentes.

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
|  | <b>Código:</b><br>PO-JD-09  | <b>Data de Elaboração:</b><br>13/06/2022     | <b>Elaborado por:</b><br>Jurídico                  |
|   | <b>Nº da Revisão:</b><br>02                                       | <b>Data da Última Revisão:</b><br>28/11/2024 | <b>Verificado por:</b><br>Planejamento e Qualidade |
|   | <b>Área:</b> Jurídico e Compliance                                |  | <b>Aprovado por:</b><br>Diretoria Executiva        |
|   | <b>Título:</b><br><br><b>POLÍTICA DE GESTÃO DO CANAL DE ÉTICA</b> |  |  |

## 7. POLÍTICA

### Regra Geral


É dever de todos os Colaboradores e Terceiros usar os Canais de Denúncia de forma ética e objetiva.

O Instituto incentiva todos os Colaboradores e Terceiros a participarem do monitoramento e implementação efetivos do Programa de Integridade.

Ao reportar uma violação (ou possível violação) em qualquer dos Canais de Denúncia, é importante que o Colaborador ou Terceiro apresente as informações de que tem efetivo conhecimento da forma mais completa possível. Sempre que possível, identifique: (a) as pessoas envolvidas (ou ao menos o departamento envolvido) na conduta; (b) os fatos ocorridos (da forma mais objetiva possível); (c) data e local em que os fatos reportados ocorreram; (d) outros Colaboradores ou Terceiros que possam ter conhecimento dos fatos e possam auxiliar, de maneira efetiva, na investigação; (e) se há qualquer tipo de prova com relação aos fatos reportados (um *e-mail*, um áudio, um vídeo, ou qualquer outro elemento que possa colaborar com a investigação); (f) se não houver provas dos fatos reportados, de que forma as provas poderiam ser obtidas; e (g) de que maneira você tomou conhecimento dos fatos reportados.

Uma vez recebidos os relatos por qualquer Canal mencionados no item 7.1 abaixo, ou comunicados diretamente por um Colaborador a um Gerente, Diretor, Conselheiro ou qualquer outro membro da administração do Instituto, o relato deve ser encaminhado à Gerência Jurídica, que dará encaminhamento à apuração, mediante a inserção das informações recebidas no Canal.

Colaboradores mencionados em relato de suspeitas de irregularidades ou em situação de conflito de interesses em razão de relação com pessoas e empresas mencionadas não poderão, em hipótese alguma, integrar a equipe responsável por apurar o fato.

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
|  | <b>Código:</b><br>PO-JD-09  | <b>Data de Elaboração:</b><br>13/06/2022     | <b>Elaborado por:</b><br>Jurídico                  |
|   | <b>Nº da Revisão:</b><br>02                                       | <b>Data da Última Revisão:</b><br>28/11/2024 | <b>Verificado por:</b><br>Planejamento e Qualidade |
|   | <b>Área:</b> Jurídico e Compliance                                |  | <b>Aprovado por:</b><br>Diretoria Executiva        |
|   | <b>Título:</b><br><br><b>POLÍTICA DE GESTÃO DO CANAL DE ÉTICA</b> |  |  |

### 7.1. Funcionamento do canal

O IBP coloca à disposição dos Colaboradores e dos Terceiros as seguintes modalidades de canais de denúncia:

| CANAL    | ACESSO  | RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO INICIAL |
|----------|---|--------------------------------------|
| Telefone | Por meio de ligação gratuita, ao número:<br><br>Telefone: 0800 400 3333   | Legal Ética                          |
| Site     | Preenchimento de formulário no site da<br><br><a href="https://canaldeeticaibp.legaletica.com.br/">https://canaldeeticaibp.legaletica.com.br/</a> . | Legal Ética                          |
| WhatsApp | (11) 95271-1924   | Legal Ética                          |
| E-mail   | <a href="mailto:canaldeeticaibp@legaletica.com.br">canaldeeticaibp@legaletica.com.br</a>  | Legal Ética                          |


Ao realizar uma denúncia, independentemente do canal escolhido, o Denunciante receberá um número de protocolo, que permitirá o acompanhamento do andamento do processo até a sua conclusão.

Quando a opção for o anonimato o número de protocolo será o único meio de contato entre as Partes, por isso é fundamental que não seja perdido esse número.

### 7.2. Triagem e análise preliminar

Independentemente da modalidade do Canal de Denúncias usada por qualquer Colaborador ou Terceiro, será preservado o anonimato do Denunciante, sem que se adote qualquer tipo de medida com o objetivo de identificá-lo. Detalhes sobre a denúncia, como sua origem, poderão ser levantados com o propósito único e exclusivo de auxiliar na apuração das alegações.

Todas as denúncias, independentemente da modalidade de canal usada, serão recebidas pela empresa contratada para captação de comunicações de violação de regras de conduta e/ou leis vigentes e passarão por uma pré-análise.

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
|  | <b>Código:</b><br>PO-JD-09  | <b>Data de Elaboração:</b><br>13/06/2022     | <b>Elaborado por:</b><br>Jurídico                  |
|   | <b>Nº da Revisão:</b><br>02                                       | <b>Data da Última Revisão:</b><br>28/11/2024 | <b>Verificado por:</b><br>Planejamento e Qualidade |
|   | <b>Área:</b> Jurídico e Compliance                                |  | <b>Aprovado por:</b><br>Diretoria Executiva        |
|   | <b>Título:</b><br><br><b>POLÍTICA DE GESTÃO DO CANAL DE ÉTICA</b> |  |  |


Na fase de pré-análise: (i) a denúncia será classificada quanto a sua relevância; (ii) será verificada a existência de potencial conflito de interesses entre os envolvidos na denúncia e os responsáveis internos do Instituto pela apuração das alegações e (iii) o fluxo a ser seguido, conforme haja ou não potencial conflito de interesses com relação aos membros do Comitê de Ética (“Comitê”) e da Gerência Jurídica.

Conforme fluxo definido a seguir, as denúncias serão notificadas pela empresa contratada aos membros da Gerência Jurídica, no fluxo normal de apuração, ou à Diretoria Executiva do IBP ou ao Conselho de Administração, este quando tratar-se de relatos a algum membro da diretoria, na hipótese de as atividades de tratamento e investigação da denúncia envolver situação de potencial conflito de interesses. Em seguida, a partir de uma análise interna inicial a denúncia poderá ser convertida em um procedimento de investigação.

No fluxo normal de apuração, no caso de denúncias que não envolvam situação de potencial conflito de interesses, o procedimento de investigação será conduzido pela Gerência Jurídica e apoiado pelo Comitê de Ética que ajudará na definição de tratativas específicas para o caso, inclusive, se necessário, é possível a contratação de consultores externos, nos termos do seu Regimento Interno.

O Comitê de Ética apoiará a Gerência Jurídica no tratamento e apuração das denúncias e deliberará acerca dos resultados das apurações das denúncias para assim decidir acerca da aplicação de medidas disciplinares e exarar recomendações e determinações destinadas a outros departamentos e/ou órgãos do Instituto, nos termos do seu Regimento Interno.

No fluxo especial de apuração, no caso de denúncias que envolvam situação de potencial conflito de interesses nas atividades de tratamento e investigação, o procedimento de investigação será conduzido por comissão provisória constituída pela Diretoria Executiva do IBP. Haverá conflito de interesse nas hipóteses em que a denúncia envolver: (i) o Comitê de Ética como um todo, mencionado de forma genérica na denúncia; (ii) um membro do Comitê de Ética; ou (iii) a Gerência Jurídica.

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
|  | <b>Código:</b><br>PO-JD-09  | <b>Data de Elaboração:</b><br>13/06/2022     | <b>Elaborado por:</b><br>Jurídico                  |
|   | <b>Nº da Revisão:</b><br>02                                       | <b>Data da Última Revisão:</b><br>28/11/2024 | <b>Verificado por:</b><br>Planejamento e Qualidade |
|   | <b>Área:</b> Jurídico e Compliance                                |  | <b>Aprovado por:</b><br>Diretoria Executiva        |
|   | <b>Título:</b><br><br><b>POLÍTICA DE GESTÃO DO CANAL DE ÉTICA</b> |  |  |

No fluxo especial de apuração, no caso de denúncias que envolvam situação de potencial conflito de interesses nas atividades de tratamento e investigação, o procedimento de investigação será conduzido por comissão provisória constituída pelo Conselho de Administração. Haverá conflito de interesses nas hipóteses em que a denúncia envolver: (i) a Diretoria Executiva, a Presidência ou membro(s) do Conselho de Administração.

A Gerência Jurídica ou a comissão provisória poderão contar com o auxílio de assessores externos para condução da apuração, caso necessário.

Caso a Gerência Jurídica ou a comissão provisória decidam conduzir a apuração da denúncia internamente, deverão registrar as atividades desenvolvidas no Formulário **FM-JD-16 - Plano de Investigação**. Com relação às entrevistas conduzidas durante a apuração, deverão ser registradas no Formulário **FM-JD-18 - Relatório de Entrevista do Canal de Ética**.


No fluxo especial de apuração, a comissão provisória apresentará o relatório de investigação para aprovação da Diretoria Executiva do IBP e sugerirá deliberação à Diretoria Executiva do IBP acerca dos resultados das apurações das denúncias, que decidirá quanto a aplicação de medidas disciplinares e emitirá recomendações e determinações.

No fluxo especial de apuração em casos que envolvam membros da Diretoria Executiva do IBP, a comissão provisória apresentará o relatório de investigação para aprovação do Conselho de Administração e sugerirá deliberação ao Conselho de Administração acerca dos resultados das apurações das denúncias, que decidirá quanto a aplicação de medidas disciplinares e emitirá recomendações e determinações.

### 7.3. Anonimato e confidencialidade

O Colaborador ou Terceiro que tiver ciência de uma violação (ou possível violação) deverá utilizar os meios de acesso ao Canal de Denúncias disponíveis, mencionados no item 8.1 desta Política, de forma ética, clara e objetiva. Em qualquer caso, o anonimato do denunciante e a confidencialidade das informações recebidas estão garantidas.



|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
|  | <b>Código:</b><br>PO-JD-09  | <b>Data de Elaboração:</b><br>13/06/2022     | <b>Elaborado por:</b><br>Jurídico                  |
|   | <b>Nº da Revisão:</b><br>02                                       | <b>Data da Última Revisão:</b><br>28/11/2024 | <b>Verificado por:</b><br>Planejamento e Qualidade |
|   | <b>Área:</b> Jurídico e Compliance                                |  | <b>Aprovado por:</b><br>Diretoria Executiva        |
|   | <b>Título:</b><br><br><b>POLÍTICA DE GESTÃO DO CANAL DE ÉTICA</b> |  |  |

O Instituto incentiva todos os Colaboradores e Terceiros a participarem do monitoramento e implementação efetiva das políticas e códigos de integridade, portanto, todas as denúncias serão tratadas e investigadas com profissionalismo e imparcialidade.

#### 7.4. Proibição de retaliação

Um Colaborador ou Terceiro que manifestar, de boa-fé, preocupações relacionadas à ética ou conformidade não poderá sofrer retaliações ou sanções em decorrência da denúncia. A identidade do Denunciante, assim como das eventuais pessoas envolvidas, será mantida de forma confidencial, podendo a sua quebra resultar em sanções.


Denúncias de boa-fé, ainda que os fatos não sejam confirmados após investigação, não acarretarão penalidades para o Denunciante. Qualquer retaliação deverá ser comunicada imediatamente ao Departamento Jurídico.

Já no tocante às Denúncias intencionalmente realizadas com má-fé, estas constituem grave violação as políticas do Instituto, sendo passíveis de sanções. O abuso dos mecanismos de comunicação pode ser objeto de medidas disciplinares pelo IBP, sem prejuízo da adoção das medidas judiciais cabíveis pelas pessoas que se julgarem prejudicadas ou pelas autoridades públicas competentes.

As denúncias são consideradas de má-fé se o Denunciante souber que a denúncia não é verdadeira ou que o Denunciado for sabidamente inocente ou que este procedimento foi indevidamente utilizado para:

- Obter benefício pessoal; ou
- Prejudicar intencionalmente o Instituto ou qualquer Colaborador ou Terceiro.

O Instituto poderá tomar medidas contra qualquer Denunciante que, comprovadamente, endereçar falsas acusações com más intenções, tais como suspensão e até o desligamento do Colaborador, ou a rescisão de contrato com Terceiro, se for o caso, sem prejuízo de aplicação pelo IBP e/ou pelos lesados de outras medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis e das demais consequências previstas em leis e/ou contratos.

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
|  | <b>Código:</b><br>PO-JD-09  | <b>Data de Elaboração:</b><br>13/06/2022     | <b>Elaborado por:</b><br>Jurídico                  |
|   | <b>Nº da Revisão:</b><br>02                                       | <b>Data da Última Revisão:</b><br>28/11/2024 | <b>Verificado por:</b><br>Planejamento e Qualidade |
|   | <b>Área:</b> Jurídico e Compliance                                |  | <b>Aprovado por:</b><br>Diretoria Executiva        |
|   | <b>Título:</b><br><br><b>POLÍTICA DE GESTÃO DO CANAL DE ÉTICA</b> |  |  |

### 7.5. Auditoria

O Instituto, periodicamente, realizará procedimento de auditoria para avaliar o cumprimento desta Política e sua correta aplicação. A auditoria poderá ser realizada internamente ou com auxílio de consultores externos.

Os resultados da auditoria interna serão apresentados à Diretoria Executiva do IBP para conhecimento. Na hipótese de a auditoria anual apontar a necessidade de aprimoramento das Políticas e controles internos do Instituto, a Gerência Jurídica sugerirá plano de ação a ser executado pelas áreas envolvidas.

### 7.6. Dúvidas e reporte de suspeitas ou potenciais violações

A implementação e gestão do Programa de *Compliance* do Instituto, do Código de Ética do IBP e das demais políticas e procedimentos são de responsabilidade da Gerência Jurídica.


Em caso de dúvida sobre o conteúdo desta Política, consulte seu Gestor ou a Gerência Jurídica.

Em caso de suspeita de violação à presente Política, registre sua suspeita por meio do site: <https://canaldeeticaibp.legaetica.com.br/>, e-mail: [canaldeeticaibp@legaetica.com.br](mailto:canaldeeticaibp@legaetica.com.br), Telefone: 0800 400 3333 ou WhatsApp: (11) 95271-1924, podendo optar pelo anonimato, ou comunique ao seu Gestor ou à Gerência Jurídica.

Todas as situações ou reclamações reportadas serão tratadas com sigilo. O Instituto garante que não será tolerada qualquer forma de retaliação contra quem, de boa-fé, fizer qualquer reporte ou levantar suspeitas de violações.

### 7.7. Treinamentos

O Instituto realizará, periodicamente, treinamentos continuados destinados aos seus Colaboradores, com o intuito de conscientizá-los sobre as diretrizes desta Política, de forma a disseminar e perpetuar os princípios e valores éticos adotados pelo Instituto.

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
|  | <b>Código:</b><br>PO-JD-09  | <b>Data de Elaboração:</b><br>13/06/2022     | <b>Elaborado por:</b><br>Jurídico                  |
|   | <b>Nº da Revisão:</b><br>02                                       | <b>Data da Última Revisão:</b><br>28/11/2024 | <b>Verificado por:</b><br>Planejamento e Qualidade |
|   | <b>Área:</b> Jurídico e Compliance                                |  | <b>Aprovado por:</b><br>Diretoria Executiva        |
|   | <b>Título:</b><br><br><b>POLÍTICA DE GESTÃO DO CANAL DE ÉTICA</b> |  |  |

#### 7.8. Disposições finais

Esta Política entra em vigor na data da sua aprovação pela Diretoria Executiva. Qualquer alteração ou revisão desta Política estará sujeita à aprovação da Diretoria Executiva do IBP.

#### 8. ANEXOS

N/A.